

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XXVII*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1988

DOI: [https:// dx.doi.org/10.14195/1647-8657\\_27\\_7](https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_27_7)

ISSN: 0084-9189

G. FABRE; M. MAYER; I. RODA<sup>A</sup>, *Inscriptions Romaines de Catalogne: I. Barcelone (sauf Barcino)*, Diffusion De Boccard, Paris, 1984, 250 pages + pl. / + LXVIII; *IL Lérida*, ibidem, 1985, 176 pages + pl. LVIL Publications du Centre Pierre Paris, volumes 13 et 15 (= volumes 22 et 28 de la Collection de la Maison des Pays Ibériques).

A grande utilidade destes dois *corpora* é, sem dúvida, a de terem reunido todos os monumentos epigráficos conhecidos de Barcelona e de Lérida.

Os autores rejeitaram os textos cuja tipologia, cujo formulário, cujo material (de realçar a importante pesquisa levada a efeito acerca do suporte numa perspectiva geológica) ou outros motivos ~~hes~~ apontaram uma prove- / lhes niência alheia e aceitaram, da mesma forma, os textos considerados de outras zonas e dos quais uma cuidadosa análise viria a sugerir uma origem mais precisa e mais verosímil.

Não estava inédita a quase totalidade dos 307 textos aqui estudados. Inclusive sobre Lérida, fizera F. Lara Peinado, em 1973, a obra *Epigrafia Romana de Lérida*. Mas os autores justificam que, mesmo assim, o seu trabalho não será inútil, se se tiver em consideração que esse *corpus* não apresenta qualquer rigor metodológico, tem erros de interpretação e não aborda criticamente a questão dos monumentos falsos, que toma por autênticos (II, p. 11). Na verdade, foi sistemática a pesquisa efectuada nesse sentido, num sempre louvável e nunca por de mais sublinhado regresso ao monumento. A exclusão do perímetro urbano de Barcelona tem, igualmente, uma justificação: a existência da obra do saudoso Sebastián Mariner Bigorra, *Inscripciones Romanas de Barcelona (Lapidarias y musivas)* (Parte primera — texto, Barcelona, 1973).

Com efeito, estes dois volumes são, antes de mais, catálogos epigráficos. Como se assinala nas respectivas introduções, é o estudo do monumento que particularmente interessa aos autores, tanto do ponto de vista externo (matéria-prima do suporte, tipologia das epígrafes, molduração) como interno (paleografia, formulários, conteúdo do texto).

A introdução é, de facto, em cada um dos volumes, já uma panorâmica das conclusões a que os autores chegaram. Preferir-se-ia, quiçá, que essas conclusões viessem no final ou, inclusive, que fossem reservadas para um eventual volume de síntese. E, aponto, a corroborar essa preferência, dois aspectos.

O primeiro diz respeito às moldurações. Houve o cuidado de incluir o desenho da quase totalidade das molduras representadas; no entanto, a circunstância de terem sido incluídas em páginas diferentes e numa escala muito pequena, aliada ao facto de o texto a esse respeito ser diminuto e pouco esclarecedor, não dá azo às conclusões que certamente se tirarão se à molduração for dedicada uma atenção maior, um capítulo, porque (não há dúvida) após os trabalhos de Jean-Noël Bonneville esse é um domínio com interesse a explorar. Mas não na genérica introdução a um catálogo.

O segundo ponto refere-se à relação entre a escolha de um tipo de monumento epigráfico por parte de uma determinada população ou estrato populacional. Trata-se de uma questão de índole cultural que, à partida, não tem cabimento num catálogo exclusivamente epigráfico. Fica bem, isso sim, nas conclusões, designadamente se, na economia desse catálogo, elas tiverem lugar. Ora, os autores optaram por ser exclusivamente epigrafistas. Uma opção corajosa, perfeitamente defensável, se considerarmos que se encara a possibilidade de o volume V da série ter, além dos índices informatizados (I, p. 6), as sínteses decorrentes dos vários domínios estudados (é expressamente assinalado — vol. I, p. 14 — que conterà as conclusões de âmbito geológico, um dos aspectos inovadores desta pesquisa). Nesse caso, surgem, em meu entender, desgarradas de contexto as referências (aliás, importantes) a essa clientela de cada um dos tipos de monumentos feitas quase no final da introdução do vol. II (p. 24), ou a alusão ao facto de as inscrições religiosas presentes em zonas rurais constituírem «sobrevivências de cultos locais» (I, p. 10), que é outra das conclusões inovadoras a que se chegou. Ou seja, por outras palavras, os autores assumiram-se como epigrafistas mas não deixaram de apontar, aqui e além, mas de forma não sistemática, conclusões de âmbito histórico-cultural. Não veria, pois, com maus olhos, que essas conclusões tivessem sido, depois, sistematizadas num capítulo final. Ganhar - -se-ia em clareza e eficácia e aí seriam tidos no seu real valor os oportunos mapas apresentados, que servem, de facto, uma síntese afinal, inexistente.

Um outro pormenor que me merece comentário diz respeito à arrumação dos textos no livro. Será, por exemplo, discutível a distribuição por comarcas, quando se verifica que elas não correspondem às divisões administrativas romanas, impossíveis já de definir actualmente (I, p. 7) e quando algumas delas não dispõem de um número significativo de monumentos. Estou a lembrar-me, por exemplo, de Alt Urged (I, p. 103-104) ou de Garrigues (II, p. 127-128), com um único monumento cada. Talvez tivesse sido menos fragmentário optar por uma apresentação temática, até porque, segundo creio, o objectivo não é elaborar a carta epigráfica de cada comarca mas dar uma panorâmica da epigrafia de cada província. Nesse mesma ordem de ideias, também não me pareceu suficientemente justificado o critério de arrumação dos textos por microtopónimos, dentro de cada comarca, atendendo a que houve o louvável cuidado de preparar mapas onde graficamente se observa a distribuição geográfica dos achados.

O estudo de cada monumento obedece ao esquema ensaiado, com êxito, no volume II das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1976): indicação precisa dos locais de achamento e de conservação, descrição minuciosa, leitura, tradução, bibliografia, variantes de leitura, comentário paleográfico e comentário de integração histórica.

As alturas das letras são mencionadas sem uma referência expressa às linhas a que se referem. Parte-se do princípio que se começa pela linha 1 e se vai por aí adiante; mas, se faltar uma medida, é a da última linha ou a da primeira? Exemplifico logo com a inscrição n.º 1 do vol. II: se é dada

sem ponto de interrogação a medida do último espaço interlinear (39), é porque se consegue medir a altura das letras da linha 5, mas são só dadas quatro medidas. Veja-se também o n.º 75 desse mesmo volume: há cinco linhas e só são mencionadas as medidas de quatro. O mesmo se diga dos espaços interlineares: no n.º 2 do vol. II falta a medida de um espaço — qual é?

O texto é apresentado em maiúsculas, respeitando a divisão de linhas epigráficas, utilizando-se os habituais sinais diacríticos.

A bibliografia vem indicada uma primeira vez com todas as informações, assinalando-se aí como passará a ser citada depois; trata-se de um esquema referencial nem sempre cómodo (porque um catálogo epigráfico é um livro de consulta e não um romance que se lê do princípio ao fim) e que seria dispensável se tivémos em linha de conta que existe, no final de cada volume, uma bibliografia por ordem alfabética de autores.

O comentário paleográfico começa pela observação dos caracteres e só depois se refere à paginação. A referência à pontuação, à existência de nexos, inclusões ou linhas de pauta é feita à parte, imediatamente após a indicação das variantes de leitura. Confesso a minha fidelidade ao esquema utilizado no volume II das *Fouilles de Conimbriga*. Penso que a referência à paginação não só deve preceder a análise gráfica dos caracteres como deve incluir também as anotações alusivas à pontuação, nexos, inclusões, linhas de pauta, porque tudo isso é, em meu entender, parte integrante da paginação, ou seja, são os meios de que o *ordinator* se serve para dispor o texto desta ou daquela maneira no campo epigráfico.

Vem, finalmente, o comentário de integração histórica. Num catálogo, é difícil saber até onde se deverá ir para que se não diga nem demais nem de menos. Uma regra é, porém, extraordinariamente preciosa: tudo o que se disser há-de ser rigoroso, na consciência plena das limitações a que a própria índole do trabalho nos obriga. Podemos apontar pistas, mas há que sublinhar, em cada caso, o seu valor, nomeadamente através da indicação precisa das fontes utilizadas e, sobretudo, do âmbito cronológico da nossa pesquisa (isto porque não é segredo para ninguém que, muitas vezes, uma obra pode sair com uma data um, dois, três ou mesmo quatro anos posterior àquela em que o manuscrito foi entregue na tipografia). Os autores souberam manter o desejável equilíbrio e demonstraram ter bem presente todo o acervo da documentação epigráfica peninsular, designadamente no âmbito da onomástica e da religião.

Há, no fim de cada volume, bons e muito úteis índices epigráficos: *nomina*, *cognomina*, imperadores, magistrados, exército, indicações geográficas, tribos, organização municipal, religião, *collegia*, textos métricos, listas de concordância com outros *corpora*; índice de locais de proveniência, índice dos actuais paradeiros dos monumentos.

Completam os volumes as páginas de fotografias. De um modo geral, são aceitáveis. A iluminação nem sempre foi cuidada (I, pl. XXV e LXIII), a possibilidade de isolar o monumento das outras peças que o ladeiam não foi habitualmente tentada *in situ* ou mesmo no laboratório (cf. vol. II, pl. XLVIII)

e XLIX), inclusive retirando as etiquetas museográficas (cf. vol. II, pl. XXV e XLVII). Penso que os próximos volumes requererão, nesse particular, mais atenção.

Mas convenhamos que não é fácil para o epigrafista resistir à tentação de ser historiador. Georges Pabre, Marcos Mayer e Isabel Rodà escolheram o bom caminho: primeiro, o estudo preciso, completo, dos monumentos, de todos os monumentos; a síntese histórica virá depois, sólida, bem fecundada por todos os ensinamentos da Epigrafia. Ficamos, pois, a aguardar os outros volumes anunciados — o III sobre Gerona, o IV sobre Tarragona (excepto *Tarraco*) e, sobretudo, o V de índices e de síntese final.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO